



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681287 - SC (2021/0225952-3)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : MAICK DE OLIVEIRA SANTANA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAICK DE OLIVEIRA SANTANA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (5009521-07.2020.8.24.0011).

O paciente foi condenado às penas de 2 anos e 11 meses de reclusão, em regime inicialmente aberto, e pagamento de 291 dias-multa, por infração ao preceito do art. 33, *caput*, c/c com o §4º da Lei n. 11.343/2006.

O paciente interpôs recurso de apelação apresentando, entre outras teses e pedidos, a redução da sanção basilar ao mínimo legal, o reconhecimento da benesse prevista no §4º do mencionado art. 33 em grau máximo, bem como a substituição da pena privativa de liberdade por multa ou restritivas de direitos.

O TJSC decidiu, por unanimidade, reconhecer, de ofício, a ocorrência de *bis in idem* durante a primeira e terceira etapas do cômputo da reprimenda, redimensionando-a de modo a torná-la definitivamente estabelecida em 2 anos e 6 meses de reclusão e de 250 dias-multa, bem assim conhecer do recurso e dar parcial provimento para substituir a pena privativa de liberdade imposta por duas restritivas de direitos, consistentes em prestações de serviços à comunidade e pecuniária, esta no valor equivalente a um salário mínimo vigente à época do pagamento, mantidas as demais cominações da sentença.

A impetrante sustenta que o TJSC, ao julgar a apelação criminal interposta pela defesa (a) deixou de aplicar a fração de diminuição do §4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 no patamar máximo de 2/3 sem fundamentação válida; e (b) substituiu a pena de reclusão por duas penas restritivas de direitos sem apresentar nenhuma fundamentação para deixar de substituí-la por uma restritiva de direitos e multa.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem de *habeas corpus*,

reconhecendo-se as ilegalidades do acórdão prolatado pelo TJSC, suspendendo-se os efeitos da condenação em relação ao excesso impugnado até o julgamento final do *writ*. Ao final, confirmando-se a liminar, seja declarada a ilegalidade do acórdão impugnado para aplicar a fração redutora da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, §4º da Lei n. 11.343/2006 no grau máximo de 2/3; e substituir a pena de reclusão por multa e uma restritiva de direitos. Subsidiariamente, caso não seja conhecido o *habeas corpus*, seja a ordem concedida de ofício, diante da manifesta ilegalidade (CRFB/1988, art. 5º, LXVIII; CPP, ART. 654, §2º).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente